

As "Primaveras Árabes", suas principais consequências, e a Política Europeia de Vizinhança

Coronel
Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva



1. Introdução

Neste artigo, escrito a propósito duma discussão dirigida no curso de auditores Defesa Nacional de 2013/2014, que o autor frequenta, vai tentar-se provar se os apoiantes externos da Primavera Árabe deixaram de apoiar, e quais as principais consequências da Primavera Árabe nos Países da Região e nas principais Potências Mundiais.

2. Breve enquadramento histórico da região

O desmembramento do Império Otomano^[1] como consequência da aliança da Turquia com as potências do eixo, fizeram com que, no final da I Guerra Mundial, o território imperial fosse dividido pelas potências vencedoras do conflito. Britânicos e franceses, no acordo "Sykes-Picot", dividiram toda a região do crescente fértil (Médio Oriente)^[2].

A divisão do território do Médio Oriente e parte do Norte de África, entre Britânicos e Franceses, e o posterior estabelecimento de novos países, com grandes clivagens étnicas e religiosas, provocaram, e provocam ainda, hoje em dia, conflitos de difícil solução em toda a região do Médio Oriente^[3].

Quase toda a região do Médio Oriente e parte do Norte de África é constituída por diversos grupos étnicos, compostos por inúmeras tribos, com distintas religiões.

Na região do Médio Oriente, em particular, coabitam judeus, cristãos de várias denominações, islamitas (xiitas e sunitas), curdos, drusos, e diversas outras etnias, facto que muito dificulta e estabelecimento da paz na região.

3. Tunísia

A Tunísia foi o país onde se originou o movimento designado por Primaveras Árabes^[4].

“Na sequência das manifestações que deram origem ao movimento designado por Primavera Árabe, na Tunísia o regime de “Ben Ali” foi afastado do poder, tendo sido substituído pelo partido religioso “Ennahda”, que se viu assediado dum lado pelos radicais e terroristas da Jihad islâmica local e do outro pelos partidos laicos e militares”^[5].

A Tunísia encontra-se, três anos após o início da revolução, numa situação de grande instabilidade política, muito embora grandes progressos tenham sido realizados recentemente, com a aprovação, a 26 de janeiro de 2014, pela Assembleia Constituinte, da nova Constituição Tunisina.

“A nova lei fundamental, considerada como uma das mais modernas do mundo árabe, foi aprovada com uma expressiva maioria de 200 votos a favor, doze contra e quatro abstenções.

O novo texto constitucional consagra um regime com um executivo bicéfalo, em que o Primeiro-ministro terá uma função decisiva, mas com o chefe de estado a ter importantes poderes, designadamente nas áreas da Defesa e Política Externa.

O Islão não foi consagrado como fonte de direito, mas as referências à religião são numerosas, permitindo um importante espaço à interpretação e num processo que diversos observadores já designaram como a “laicização do islamismo tunisino”^[6].

Outro dos progressos também recentemente efetuados na Tunísia tem a ver com o facto de, no dia 19 de março de 2014, o partido islâmico “Ennahda” ter aceitado voluntariamente, embora com alguma pressão dos militares, sair do poder, malgrado ter sido eleito democraticamente.

Atualmente, não conseguimos prospetar se o partido islâmico retornará ou não ao poder.

“O primeiro-ministro tunisino, Ali Laridi, apresentou hoje demissão e a de todo o Executivo ao presidente do país, Moncef Marzouki, «de acordo com as exigências do roteiro» acordado entre o governo e os partidos da oposição (...)”. Al Laridi anunciou “(...) que o seu governo permanecerá em funções «até à conclusão dos assuntos correntes à espera da formação do futuro governo», que será dirigido por Mehdi Yumaa”^[7].

4. Egipto

Apesar de não ter sido o primeiro país árabe onde deflagrou a “Primavera Árabe”, o Egipto é o país líder do mundo árabe, sendo visto como um exemplo por todos os outros, malgrado o tratado de paz com Israel e o alinhamento de Mubarak com os EUA ter reduzido a sua influência no mundo árabe, nas últimas décadas.

Na sequência dos conflitos ocorridos no Egipto, que levaram à queda da ditadura militar, os *irmãos muçulmanos*, grupo islamita integrista, tomaram o poder democraticamente e começaram a reformar o Estado, tendo em vista torná-lo um estado fundamentalista islâmico. Este facto provocou novos conflitos entre a população que levaram os militares a retomar o poder, com a “aparente” concordância do Ocidente.

“No Egipto o povo e os islamitas da irmandade muçulmana, defenestraram Mubarak e elegeram “Morsi”, à tangente; e depois os laicos instigaram, na rua, os militares a correr com “Morsi”. E os militares não voltaram para os quartéis, ficaram no poder”^[9].

Após um passo dado no Egipto, aparentemente a caminho da democracia, os militares parecem estar a impor novamente uma ditadura de carácter militar. Os militares neutralizaram todos os oponentes, decretaram que o grupo dos *irmãos muçulmanos* passasse a ser designado por terrorista, tendo os seus principais líderes sido presos, incluindo o Presidente democraticamente eleito “Morsi”.

A nova constituição, imposta pelos militares, recentemente referendada no Egipto^[9], por larga maioria da população, cerca de 90%, marginaliza todos os oponentes ao novo poder vigente.

As próximas eleições a que a população do Egipto vai ser chamada a votar serão as eleições presidenciais, para as quais o General Sissi^[10] é o candidato do regime, facto que o torna no mais bem posicionado candidato para as vencer^[11].

Desde o início da Primavera Árabe, o Egipto perdeu a maioria dos investidores externos, bem como de turistas, necessitando por isso de investimentos externos urgentes para fazer sair o país da situação em que se encontra, de quase banca rota.

Na península do Sinai, território que faz fronteira com Israel, há problemas graves, dada a existência de vários grupos de insurgentes, de que destacamos o Hamas, o qual, durante o período em que a irmandade muçulmana exerceu o poder no Egipto era por ela apoiada. Com o novo regime militar no poder é de encarar a possibilidade de o Hamas poder, a partir do Sinai, efetuar ataques terroristas no Egipto.

De acordo com várias notícias, a situação atual no Sinai é incontrolável, o exército egípcio não se tem mostrado capaz de combater eficazmente os insurgentes, facto que, aparentemente, só conseguirá concretizar em cooperação com Israel.

“(...) The Rafah border crossing between Egypt and Gaza was kept open for much of

*Mursi`s rule, allowing vital food and goods to flow into Gaza (...) after Mursi`s overthrow, the army took over command of the Sinai and started destroying hundreds of tunnels. No Hamas official has been allowed to travel into Egypt since then (...) Last month, Egypt`s public prosecutor accused Hamas of conspiring with Mursi and Iran to stage terrorist attacks in Egypt (...) Gaza prime minister and Hamas deputy leader Ismail Haniyeh has said repeatedly since July that his group is focused exclusively on confronting arch-foe Israel and has no armed presence in Egypt”*¹³² _.

O futuro peso do Egíto na região ainda é muito incerto. O Egíto, embora seja o país árabe mais influente e mais populoso de todos os países árabes, ainda não estabilizou completamente, reinando em todo o seu território uma grande instabilidade, estando aparentemente paralisado.

A situação no Egíto está a influenciar toda a região e tem contribuído muito para a frustração islâmica, que anseia, há muito, pela restauração do Califado. Como consequência do afastamento do poder no Egíto, a *Irmandade islâmica* perdeu grande parte da influência que detinha na Tunísia e na Síria.

A maioria dos países ocidentais aplaudiu o frágil contexto no Egíto e os Estados Unidos da América apoiam claramente o novo regime militar no Egíto. O exército egípcio é considerado por Israel como um parceiro de paz.

5. Líbia

“A Líbia libertou-se do Coronel Kadhafy mas mergulhou num caos de clãs, milícias e bandos de Salafitas, enquanto o governo tenta apresentar alguma normalidade”¹³³ _.

No país continua a luta armada, ainda existe muita gente da facção e da tribo do Coronel Kadhafy que não depôs as armas e lutam contra as milícias islâmicas que governam o país, as “milícias estão a lutar contra as tribos”.

Internamente, o primeiro-ministro e as “novas Forças Armadas” não conseguem controlar o país e livrá-lo das milícias, e o Congresso Nacional Líbio não conseguiu completar a transição para a democracia. A nova Constituição líbia não está terminada.

Os EUA e a Rússia apoiam a ideia de que, na Líbia, seja estabelecido um estado federal, em que a província da “Cyrenaica”, onde existem grandes reservas petrolíferas, venha a ter uma grande autonomia face ao estado central.

Podemos afirmar, à laia de conclusão, que parece não haver estado, sendo o que existe muito fraco, incapaz de impor a lei e a ordem, e que as forças armadas existentes no país são completamente inoperantes.

6. Síria

Na Síria^[14], como consequência do movimento denominado por “Primaveras Árabes”, está atualmente a ocorrer uma das mais brutais guerras civis que assolam a região do Médio Oriente.

Em 26 de janeiro de 2011, ocorreram uma série de protestos populares contra o governo de Bashar al-Assad. Os conflitos prolongaram-se nos dias e semanas seguintes, tendo sido o “catalisador” da revolta armada que teve início em 15 de março de 2011 e que conduziu à guerra civil que atualmente grassa no território.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, desde o início do conflito, tem estado completamente bloqueado, devido ao veto da Federação Russa e da China, não tendo tomado nenhuma resolução que legitime uma intervenção armada para impor a paz.

Na sequência da guerra civil, Banki Moon, Secretário-geral das Nações Unidas, veio, durante o mês de março de 2013, apelar para o fim da mesma, tendo em vista acabar com a carnificina, facto que foi corroborado pelo Papa Francisco, no dia 31 de março de 2013, domingo de Páscoa, que se referiu à Síria como “amada Síria”.

A Síria continua, na atualidade, a “ferro e fogo”, a guerra civil que alastra no seu território, corporiza mais um conflito étnico e religioso entre os xiitas - minoritários no poder (alauitas) - e os sunitas - majoritários existentes na região.

No território sírio, o regime de Assad, no poder, é apoiado pelo Irão, que suporta e apoia o exército governamental, e envia combatentes para apoiar os xiitas alauitas no poder.

Por sua vez, na oposição ao regime, existem diversos grupos terroristas da “AlQaeda”, misturados com dissidentes do exército sírio, numa amálgama que não tem nada a ver com a perceção maniqueísta inicial, vendida por parte da imprensa europeia, que dum lado estariam os “bons” e do outro os “maus”.

Em nossa opinião, uma das causas do atual conflito sírio está, entre muitas outras, diretamente relacionada com a guerra no Iraque, país que acolheu os exilados do exército iraquiano que foi desmantelado no final da 1ª fase da Campanha do Iraque, e que mantinha excelentes relações com o antigo regime sírio, malgrado os seus dirigentes professarem diferentes correntes do Islão.

O conflito na Síria foi sobrestimado desde o princípio, tendo havido dois movimentos contraditórios por parte dos países da região: a Turquia, o Qatar e a Arábia Saudita apoiaram oposição, e o Irão apoiou o regime do Assad.

O exército sírio está do lado de Assad, tendo conseguido sustentar o regime no país desde o início do conflito.

A perceção dos diferentes analistas do conflito é de que Assad está ficando cada vez mais forte e estável de dia para dia, devido fundamentalmente ao apoio russo, que conseguiu,

“*in extremis*”, evitar uma intervenção ocidental liderada pelos EUA, a pretexto de destruir as armas químicas, que aparentemente o regime de Assad terá lançado contra os seus opositores.

Os russos^[15] conseguiram que fosse firmado um acordo, em que o regime de Assad entregaria o seu arsenal químico para ulterior destruição, facto que está, correntemente, a ocorrer.

7. Breve análise da Região do Médio Oriente e do Norte de África, de alguns estados e outros atores na cena Internacional

a. O Irão parece ter perdido o “*soft power*” que exercia na região, o apoio ao regime Sírio fez com que perdesse esse poder. O recente acordo firmado com os EUA, a propósito da renúncia à corrida ao nuclear, é o resultado provado da perda de poder iraniana após a Primavera Árabe, muito embora o tenham trazido novamente às luzes da ribalta internacional. O Irão, aparentemente, parece ter perdido esse poder - “*soft power*” - em benefício da Arábia Saudita, a outra potência regional com a qual disputa o poder. O “*Herzbollah*”, movimento “terrorista” patrocinado pelo Irão, teve um incremento das suas ações militares na Síria apoiando o governo de Assad.

b. A Turquia tem sido o país de acolhimento da maioria dos sírios refugiados da guerra civil que grassa no seu território. A formação de uma autonomia curda nas suas fronteiras com o Iraque enfraqueceu o seu poder. A Turquia gostaria que a sua forma de poder, laico e democrático, que constitui o seu “*soft power*”, fosse duplicada noutros países da região, facto que poderia ser importante para a democratização e estabilização de todo o Médio Oriente e Norte de África. Atualmente, em termos de política interna, o governo turco está a ter uma grande contestação às políticas laicas do Presidente Erdorgan e à alegada corrupção do seu governo, o que, conjugado com a grande diversidade étnica que existe no seu território, pode provocar uma situação de secessão territorial explosiva. A Turquia gostaria de aparecer como um negociador credível na região, no entanto parece ter sido ultrapassada após a Primavera Árabe.

c. O Qatar, inicialmente, apoiou o presidente eleito no Egipto, Sr. Morsi, e a *Irmandade Muçulmana* que foi derrotada. O Emir está muito preo-cupado com a situação da *Irmandade Muçulmana* e com a atual situação no Cairo, após a prisão de vários jornalistas da “*Al Jazeera*” na região. Apesar da situação económica e financeira do país ser desafogada o país tem pouca credibilidade internacional e uma influência insignificante.

d. A Arábia Saudita, proeminente nos países do Golfo, foi derrotada com a abertura das negociações sobre o desenvolvimento de armamento nuclear entre os EUA e o

Irão, tendo, por esse motivo, recusado assumir o papel no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o qual estava designada. A Arábia Saudita opõe-se a qualquer revolução, suportando financeiramente^[16] o exército egípcio nas suas fronteiras. A Arábia Saudita está disputando, com o Irão, a sua intervenção na Síria, suportando a luta dos sunitas.

e. A China parece só querer fazer negócio na região, com o fim de satisfazer as suas necessidades próprias.

f. A Federação Russa parece querer ter um papel determinante na região, e no mundo, conforme foi demonstrado recentemente na abordagem que fez ao conflito sírio, evitando, quase *“in extremis”*, uma intervenção armada dos EUA num país de sua influência.

g. A União Europeia, malgrado ter perdido alguma importância na região, resultado da crise financeira e económica^[17] que atualmente grassa no seu território, parece ter ganho influência na região, dado o papel decisivo que Catherine Ashton, Chefe da Diplomacia da UE, desempenhou na assinatura do acordo entre o Irão e os EUA.

h. Os EUA continuam a ter um papel importante e relevante, tendo conseguido pressionar o Irão, para que não desenvolvesse armas nucleares. A decisão de não intervenção militar no conflito da Síria foi importante, uma vez que esta teria inevitavelmente o mesmo fim da guerra do Iraque.

i. A Federação Russa está novamente de volta ao Médio Oriente, tendo desempenhado um papel muito ativo em prol do diálogo na Síria.

j. Uma *“nova AlQaeda”* apareceu no conflito, uma vez que a anterior foi decapitada nas suas estruturas dirigentes. A *“nova AlQaeda”*, embora mais fraca a nível de organização central^[18], continua a lutar e a controlar vários grupos, no Iraque e na Síria. Recentemente, no Iraque, a *“AlQaeda”* controla, juntamente com os sunis da região, a cidade de Faluja.

8. Política Europeia de vizinhança a Sul

A UE pretende garantir a segurança e estabilidade nas suas fronteiras a Sul, facto que tem sido difícil de atingir, uma vez que o resultado das *“Primaveras Árabes”*, foi o oposto do inicialmente esperado, tendo na maior parte dos países, como vimos, atingido o poder partidos radicais e fundamentalistas Islâmicos.

A maioria dos países do sul têm posições diferentes em relação à Europa, não a vendo normalmente como um todo, resultado da falta de visibilidade da Política Externa de Segurança Comum (PESC) e das muitas tomadas de decisão individuais por parte de estados-membros, pouco coerentes e às vezes mesmo contraditórias. O *“soft power”* da

Europa é único, podendo “*malgré tout*”, ser um fator importante para a pacificação e estabilização dos países da região, a Sul.

Muito embora os países do sul da UE vejam na região uma ameaça à sua segurança, tal percepção não é igual por parte dos países do norte e centro da União, que estão mais interessados no estabelecimento de Políticas de Vizinhança a Leste do que ao Sul, o que faz com que os incentivos financeiros que a UE atribui a estes países não sejam suficientes para fomentar reformas políticas sérias na região.

Há analistas que advogam que deveria ser estabelecido uma espécie de “Plano Marshall” para o Norte de África e para o Médio Oriente, tendo em vista combater, na origem, as causas do terrorismo que, como sabemos, são provocadas pela pobreza extrema, aliada a um sentimento de pertença e pela falta de esperança no futuro.

9. Conclusões

A “Primavera Árabe” que, no início, parecia ser uma abertura dos países do Norte de África à democracia e a valores mais consentâneos com a modernidade, foi uma desilusão tendo, em grande parte dos casos, tido resultados opostos ao que a maior parte dos países ocidentais esperava.

“A vaga de protesto que, da Tunísia ao Egipto à Síria, se levantou contra líderes e dinastias autocráticas, depois de ter logrado os seus efeitos imediatos, parece ter deixado de entusiasmar os iniciais apoiantes externos”^[19].

Muitos analistas internacionais, ingenuamente, viam na “Primavera Árabe” uma quase repetição do 25 de abril, em Portugal, em que, após uma ditadura de cerca de quarenta anos, o país, sem derramar sangue, conseguiu transitar para uma democracia.

Na maior parte dos países árabes onde ocorreram estes movimentos apelidados de “Primavera Árabe” houve, ao contrário do que era esperado ou ansiado pelo ocidente, um reforço do islamismo com a ascensão dos fundamentalistas islâmicos ao poder, principalmente nos países circundantes de Israel, facto que ainda mais contribui para a insegurança na região.

As pessoas que inicialmente estiveram no centro das revoluções árabes, que pareciam ser um novo ator político em emergência, rapidamente foram substituídas pelos velhos atores políticos que as puseram de parte, tendo surgido partidos políticos muito islamizados que congregaram o descontentamento, tendo nalguns deles acedido ao poder democraticamente. Malgrado este afastamento, as pessoas passaram a merecer maior atenção, ganharam força e protagonismo. A “Primavera Árabe” não correspondeu aos anseios do povo que a iniciou.

Existem dois modelos que poderiam ter sido adotados pelos países onde se deflagraram as “Primaveras Árabes”, o modelo turco ou o modelo iraniano, ou seja, a adoção dum

islamismo moderado ou a formação de uma república islâmica fundamentalista.

A maioria dos países onde ocorreram “Primaveras Árabes” não escolheu nem um nem outro dos modelos islâmicos, tendo surgido uma dinâmica própria local, diferente entre todos os países.

A maioria dos jovens, nos países onde ocorreu o movimento das “Primaveras Árabes”, continua no desemprego e não encontra soluções para o seu futuro. Este fator de instabilidade permanente só pode ser combatido criando condições de crescimento económico nos países árabes, papel que a UE pode e deve desempenhar tendo em vista securizar o seu flanco sul.

Podemos resumir o movimento das “Primaveras Árabes” no seguinte lema: primeiro a Primavera, depois o Inverno e no final o Inferno.

^[1] – O Império Otomano durou de 1299 a 1922, compreendia territórios no Norte da África, sudeste da Europa e Oriente Médio. O Império Otomano é considerado a última potência global do mundo islâmico.

^[2] – A Síria e o Líbano ficaram sob influência francesa e o Egipto, Iraque, Palestina, Jordânia e Arábia Saudita, sob influência britânica, com o beneplácito da, então, Sociedade das Nações, antecessora das Nações Unidas.

^[3] – Na Conferência do Cairo, em 1920, os britânicos decidiram a maior parte da divisão dos territórios que lhes tinham sido atribuídos para administrar pela Sociedade das Nações, dando origem a vários novos estados. Nessa Conferência foi decidido não se atribuir um estado aos Curdos, malgrado Winston Churchill o pretender praticamente até ao início da Conferência, que durou dois dias. A Índia foi o modelo seguido para administrar os territórios, nomeando-se, quais marajás, os novos reis do Iraque, da Arábia Saudita, da Jordânia, etc..

^[4] – Historicamente, a Tunísia foi incorporada, em 1574, no Império Turco Otomano e permaneceu administrada pelos turcos até 1881, quando se torna um protetorado francês.

^[5] – Pinto, Jaime, “*Médio Oriente da Primavera ao Caos*”, A Forma das coisas, Jornal Semanário Sol, de 20 de dezembro de 2013.

^[6] UAVV; Jornal, Notícias ao minuto, de 27 de fevereiro de 2014.

^[7] UAVV; Jornal, Diário Digital, de 19 de março de 2014.

^[8] Pinto, Jaime, artigo citado.

^[9] Here is an overview of the main elements of the proposed constitution, which constitutional experts say deepened the influence of the military, police and judiciary: FREEDOMS AND RIGHTS - Political parties cannot be formed on the basis of gender, race, sect or geography. Parties must not be secretive or have military or paramilitary components. Citizens have the right to organize public meetings and demonstrations and all forms of peaceful protests, though they must notify authorities and follow a law that the constitution does not define. The constitution bans all forms of slavery, the sex trade and "abuse of human beings". The state "guarantees the achievement of equality between women and men in all civil, political, economic, social and cultural rights". THE MILITARY - The defense minister must be an army officer. The military budget is to be discussed by a national defense council made up of top state officials including the president, the prime minister and the minister of defense. The constitution does not say who has the power to approve the budget. Civilians may be tried by military courts in a range of crimes related to the army such as direct assaults on military facilities, camps, military areas, borders, military equipment and vehicles. RELIGION - Islam is the religion of the state and the principles of Islamic law, or sharia, are the main source of legislation. In personal status affairs, Christians and Jews follow their religious codes. Political parties may not be formed on the basis of religion. Al-Azhar is the state's main reference in religious sciences and Islamic affairs and is funded by the state. Its top cleric will be picked by the Senior Scholars Authority of Al-Azhar according to a law that the constitution does not define. PRESIDENTIAL POWERS - The president can serve only two four-year terms. Candidates must be at least 40 years old. The president must be Egyptian and born to Egyptian parents. Neither he, his parents, nor his wife may have foreign nationality. The president appoints a prime minister who must secure the approval of parliament. If parliament rejects the choice, the president must accept the nomination of the prime minister picked by the party or alliance that has the majority. The government must also win parliament's approval. If it does not, parliament is dissolved and new parliamentary elections must be held. The president can dismiss the government with the approval of the majority of parliament. He must secure the approval of the majority of the parliament to reshuffle the cabinet. The president is the supreme commander of the armed forces. The parliament can withdraw confidence from the president provided that the majority of its members approve the move. PROVISIONS FOR POLITICAL TRANSITION - The draft constitution would give the authorities the option of holding a presidential election before parliamentary polls, or calling both elections at the same time. The original plan was to hold parliamentary elections first. It also stipulates that "election procedures" should start within six months of the ratification of the constitution. It is

currently up to interim head of state Adly Mansour to decide when and how the elections will be held. Mansour will have presidential powers until an elected president is sworn in. The transitional provisions also stipulate that the Supreme Council of the Armed Forces (SCAF) must approve the choice of defence minister for a period of two full presidential terms after the ratification of the constitution. CAIRO, Jan 14 (Reuters), Reuters Agency, Reporting by Yasmine Saleh and Asma Alsharif; Editing by Michael Georgy.

^[10] — The referendum appeared to be a public vote of confidence in Sisi, 59, widely viewed as the most powerful figure in Egypt and by his supporters as the man needed to restore stability. “I believe this is the most convenient time for Sisi to make an announcement if he has the intention to run,” said Mohamed Qadri Said, a retired army general who works at the state’s Al-Ahram Centre for Strategic and Political Studies. “I do not see anyone else running against him. He has done great things to the country and the people like him”.

^[11] — Num país em que os militares retomaram o poder e em que a Constituição foi referendada por cerca de 90% da população, não será difícil que o candidato presidencial do regime atinja uma votação semelhante à do referendo.

^[12] — By Yasmine Saleh, CAIRO, Jan 14 (Reuters), Reporting by Yasmine Saleh and Asma Alsharif; Editing by Michael Georgy, Reuters Agency.

^[13] — Pinto, Jaime, artigo citado.

^[14] — Parece-nos importante realçar, a propósito da Síria, um pouco da sua cronologia histórica, por forma a enquadrarmos o que se está a passar no seu território, após o eclodir da “Primavera Árabe”. Em 1920, a França ocupou militarmente a Grande Síria, tendo dividido a região em cinco estados coloniais. O emir Faiçal (futuro rei do Iraque) estava no poder desde a revolta árabe, que eclodiu no decorrer da I Guerra Mundial, muito patrocinada pelos britânicos através das campanhas do “Sir Lawrence Olivier”, como forma de enfraquecer os Otomanos. Em 1932, os Sírios elegeram um presidente e um parlamento, facto que gerou grande oposição das autoridades francesas, dando origem a uma série de conflitos que terminaram quatro anos depois, em 1936, com o estabelecimento de um acordo entre a potência ocupante e os Sírios, onde foi reconhecida a reunificação com o Líbano. Em 1941, uma operação conjunta liderada por forças francesas, em conjunto com forças britânicas, ocupou novamente a região. Em 1943, foi eleito Chikiri Al-Quwatti como presidente na Síria, e Bechara al Kuri como presidente do Líbano. O presidente eleito do Líbano, país com grande representação católica, logo após a sua eleição, defendeu a supressão de cláusulas da Constituição relativas ao domínio francês, o que levou as autoridades francesas a prendê-lo, dando origem a novos conflitos no Líbano que rapidamente se espalharam

para a Síria. Em março de 1946, os conflitos terminaram após uma determinação das Nações Unidas que ordenava a retirada das forças europeias dos territórios da Síria e do Líbano, e o fim do domínio francês na região. Em 1963, ocorre uma revolução popular que levou ao poder o Partido *Baath* (partido que, como sabemos, é o mesmo que existia no Iraque e que elegeu Saddam Hussein como seu Presidente, sucedendo a Faiçal. Em novembro de 1970, o general Hafez al Assad, pertencente ao grupo étnico-religioso alauita, grupo que constitui cerca de 10% da população Síria, assumiu o poder tendo governado ininterruptamente o país até ao ano de 2000, data da sua morte. Em 10 de junho de 2000, morre Hafez al-Assad, sendo sucedido no cargo pelo seu filho, Bashar al Assad, mantendo-se no poder até à atualidade.

^[15] — Como sabemos, os russos têm uma importante base naval no território sírio e têm apoiado, desde sempre, o regime de Assad.

^[16] — A Arábia Saudita injetou 12 milhões de dólares na economia egípcia para manter os militares no poder.

^[17] — A atratividade do “*soft power*” da UE na região parece estar a desvanecer-se.

^[18] — Despacho da Reuters sobre o alargamento da influência da *Al-Qaeda*, By Peter Apps, London, Jan 16.

^[19] — Pinto, Jaime, artigo citado.